

Concepção colaborativa, Projeto participativo: experiências de ensino e extensão no Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual do Maranhão

Marluce Wall Venancio^a, Jussara Nogueira^b, Ana Karoline Costa^c, Ana Branco^d, Jessica Carvalho^e, Thalyta Ferreira^f, Thamires Alves^g

Resumo

Estudo da práxis de projetos participativos como forma de contribuir para a construção de habitat urbano social e ambientalmente mais justo e sustentável. Apoiar-se na análise histórico-interpretativa e na pesquisa-ação visando compreender estratégias de projeto participativo e concepção colaborativa focando nas experiências do Atelier de Criação Urbana Equinox e no Escritório Modelo Solar (UEMA). No Atelier, parceria com *Paris-Est Marne La Vallée, Sapienza e Camerino* (Itália) destaca-se a concepção colaborativa em contexto de diversidade cultural e multidisciplinar. No Solar-EMAU, a participação da comunidade.

Palavras-Chave

Projeto participativo, Concepção colaborativa, *Workshop*, Extensão universitária

Abstract

Study of the praxis of participatory projects as an approach capable to contribute to the construction of socially and environmentally more fair and sustainable urban habitats. It is based on historical-interpretative analysis and participative research seeking to apprehend participatory and collaborative design strategies, focusing on Equinox Urban Creation Workshop and the Solar-EMAU (Architecture and Urbanism Model Office) - UEMA. In the Equinox, a partnership with *Paris-Est Marne La Vallée, Sapienza and Camerino* (Italy) it is highlighted the collaborative design in the context of cultural and multidisciplinary diversity. At *Solar-EMAU*, the participation in the projects.

Keywords

Participatory design, Collaborative design, *Workshop*, University extension

Concepção Colaborativa e Projecto Participativo

Este trabalho busca contribuir para uma práxis de concepção colaborativa e projeto participativo tanto no campo profissional como no ensino de projeto de arquitetura e urbanismo¹. Projeto participativo tem como característica definidora mais simples a participação da população

no processo projetual enquanto a concepção colaborativa se define melhor como o processo de projeto que envolve atores de diferentes campos, técnicas e expertises, que compartilham e fazem convergir conhecimentos e saberes. Ambos os processos carregam o sentido de que cada participante possa atuar de forma ativa, sentir-se parte integrante e reconhecer-se no projeto resultante.

^a Doutora em Urbanismo, Arquiteta e Urbanista. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Email: marlucewall@gmail.com

^b Doutoranda Universidade de Lisboa, Arquiteta e Urbanista. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Email: nogueira.jussara@gmail.com

^c Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista BEX (extensão) FAPEMA. Email: anakarolinecosta@gmail.com

^d Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA – EMAU Solar. Email: apaulafranco@gmail.com

^e Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica FAPEMA. Email: jessicarvalho.arq@gmail.com

^f Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica FAPEMA. Email: thalytaf@gmail.com

^g Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica UEMA. Email: thamiresfrota91@gmail.com

¹ Projeto de pesquisa em andamento, intitulado “CAMINHOS DO PROJETAR: um estudo sobre concepção colaborativa e projeto participativo como práxis do projeto do habitat urbano em busca da construção de uma cidade inclusiva” que tem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão – FAPEMA – Edital APP UNIVERSAL 40/2014. Da mesma forma, o Atelier de Criação Urbana Equinox tem o apoio da FAPEMA desde o primeiro ano de sua realização (2009) e o Solar – EMAU UEMA foi apoiado pelo Edital PACCEJ 32/2015.

Fortalecendo-se com a prática de realização de workshops, tanto a concepção colaborativa como o projeto participativo são reconhecidos como as melhores estratégias na solução de projetos de alta complexidade, destacando a necessidade de absorção dos usuários no processo de criação do seu espaço, do seu habitar, da sua cidade. Terminologias como processos *botton up* (de baixo para cima) preferíveis aos processos *top down* (de cima para baixo) são adotadas e propagadas.

No entanto, a concepção participativa ou colaborativa, ainda se encontra, muitas vezes, no campo da especialização técnica e do conhecimento científico. Por sua vez, o termo participativo tem sido usado para designar o envolvimento da população em algum momento no processo de projeto, carregando consigo uma ampla variedade de significados. Como dizem Jones, Petrescu e Till (2005), a participação se tornou uma parte organizada (e potencialmente manipulável) de muitos processos de intervenção urbana. Indo além, Cooke e Kutari (2001) discutem a participação como uma nova tirania, pontuando, com propriedade, as diferentes formas de cooptação e manipulação do processo, ressaltando que se, por um lado há processos participativos que promovem o empoderamento e a autonomia, outros privilegiam a colonização dos conhecimentos.

As primeiras experiências neste campo, ainda na década de 1960, se colocavam como estratégia capaz de, ao dar espaço para as manifestações das comunidades a quem se destinavam as intervenções, colocar a prioridade nas necessidades e desejos destas comunidades. A contribuição de Giancarlo de Carlo (2005), em 1969, do que ele chamava de arquitetura participativa, se inseria na dupla perspectiva de ouvir a população e criticar os rumos tomados pelo movimento modernista que havia traído, a seu ver, seus ideais sociais e seguia a serviço da lógica de produção do espaço que proporcionava a segregação socio espacial. Sua crítica recaía sobre a produção do arquiteto, sobre o papel que o arquiteto atribuía a si mesmo, do gênio criador quase onipotente, do “arquiteto do rei”. A pergunta que orientava o seu pensamento era o público da arquitetura. Para quem o arquiteto fazia arquitetura? Para os moradores dos conjuntos residenciais que se projetavam e construía, ou para o poder público, ou os interesses privados que os financiava?

Giancarlo de Carlo não ficou sozinho como o provam o trabalho de Hassan Fathy (1982) ou do belga Lucien Kroll (Bouchain, 2013), ambos iniciados também na década de 1960. Também nes-

ta perspectiva o trabalho de Alexander que construiu uma teoria sobre um certo Timeless Way of Building (1979), onde a observação da qualidade dos espaços construídos e, ou apropriados, pelas pessoas comuns foi a base de sua teoria de projeto, centrada no que ele chamava de “A Pattern Language” (1977), só para citar alguns. No Brasil, esta discussão acompanha no tempo o movimento internacional e acontecem, nas décadas de 1960, não apenas as primeiras manifestações no campo teórico e na prática do projeto participativo, nos mutirões de Sérgio Ferro, nas discussões colocadas pelo grupo de Arquitetura Nova (Arantes, 2002; Ferro, 2005, 2006).

Focadas na construção de processos promotores ou facilitadores da inclusão social, focadas na construção da sustentabilidade ambiental, no respeito aos direitos humanos, especialmente o direito à cidade e à moradia, focadas na construção da cidadania e da urbanidade. Paradigmas que parecem ser, parafraseando Montaner e Muxi (2011), ensaios para mundos alternativos.

Identificam-se correntes de pensamento e de ação que buscam interferir de maneira global, seja de forma a repensar a utilização dos recursos e da organização das redes de comunicação, infraestrutura e interação entre as pessoas para contribuir na construção de um novo equilíbrio global (Low, 2014); combatendo, de um lado, o desperdício e, do outro, trabalhando com a noção de uma arquitetura sustentável, trabalhando pela integração com a sociedade, apoiando-se em processos onde a cultura desempenha um papel importante, em intervenções regidas pela disposição em construir o bem-estar coletivo (Madec, 2014).

Identificam-se pensamentos e ações que buscam na dinâmica da cidade existente a sua própria solução e, lançam mão de processos de construção ou reconstrução da urbanidade, de processos de construção da solidariedade, (Mazzanti, 2014) ou de reconstrução de uma morfologia urbana que privilegia o espaço público e o encontro da diversidade, como as ideias contidas na proposta da cidade radicante de Jana Revedin (2014) ou na R-Urban do AAA- Atelier d’Architecture autogérée (2014) e muitos outros que Ermacora e Bullivant (2014) chamam de recoders.

Novos paradigmas que privilegiam iniciativas vindas das comunidades, vivências e experiências inovadoras na construção daquilo que Rosa (2011) chama de *handmade urbanism*, definido como o modo de prover mudanças pelas mãos de residentes locais em suas próprias residências, em suas próprias comunidades, com suas próprias mãos e meios. Um urbanismo que

inverte a relação do planejamento tradicional tanto nos métodos como na escala e que permite uma maior aproximação com a prática espacial cotidiana, colocando a possibilidade de cumprir uma das opções apontadas por Burdett (2012), a de trabalhar na criação de uma infraestrutura de inclusão, para evitar a sua transformação em uma fonte de exclusão e dominação.

Uma importante contribuição vem do próprio Rosa (2011), ao propor o macroplaneamento e adoção de práticas urbanas criativas fundadas em processos bottom-up como uma outra forma de pensar a cidade, focada na escala local.

Neste ponto lembramos o conceito de habitat urbano que se define como o lugar que o ser humano constrói para si, para viver e conviver, tanto o ambiente construído como as interações com o meio-ambiente natural. Situamos o processo de construção e projeto deste habitat como produção do espaço e produção de um espaço social como o faz Henri Lefebvre (2000) que afirma que o espaço se produz (e reproduz) em três momentos: a representação do espaço (o espaço concebido), a prática espacial (espaço percebido) e o espaço da representação (o espaço vivido). A prática espacial abraça a associação entre a vida cotidiana, a rotina diária e a realidade urbana. As representações do espaço se relacionam com o reino da técnica, sendo o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos arquitetos. Finalmente, o espaço representacional é o espaço diretamente vivido através de suas associações, imagens e símbolos.

O espaço concebido nos planos e projetos se orienta pela representação do espaço oriunda do reino da ciência, que podem estar mais próximos ou mais distanciados dos interesses da maioria, ou, falando mais simplesmente, da população para a qual é destinada, podendo-se retomar daqui a pergunta de Giancarlo de Carlo: para quem são feitos a arquitetura e o urbanismo? Se o paradigma dominante parece ser dominado pela lógica do capital e da sociedade de consumo, também ocorrem tensões. Assim, é possível identificar teorias e práticas que, tendo origem ainda nos anos sessenta, tem colocado no centro de sua atuação o questionamento do paradigma dominante.

No campo do ensino, este debate muitas vezes se apresenta com o contraste entre a prática do ensino tradicional voltada para a valorização do gênio criador do arquiteto e práticas inovadoras criativas, voltadas para a construção de uma concepção colaborativa e de projeto participativo, práticas que são vistas especialmente no movimento dos EMAUs – Escritórios Modelos de

Arquitetura e Urbanismo e diferentes projetos e programas de extensão. Presente, ainda que em menor grau, na inserção de disciplinas voltadas para o ensino de projeto em áreas de interesse social, e em projetos pedagógicos que aproximam de forma mais estreita teoria e prática.

Essa inquietação tem estado presente na prática no curso de arquitetura e urbanismo da UEMA, especialmente com a experiência do Atelier de Criação Urbana Equinox, projeto de extensão desenvolvido com a Universidade de Paris-Est, que proporcionou uma maior aproximação da construção de bases para a concepção colaborativa e, em seguida desta metodologia como base para o projeto participativo.

O Equinox é um atelier pensado como momento de experimentação, como laboratório dedicado à inovação urbana. Seu objetivo central é mostrar como uma atividade projetual focada na fase de concepção, precisamente na de criação, pode ser usada para o debate de ideias, utopias, futuros possíveis ou simplesmente para o enriquecimento do espectro de propostas entre alunos de realidades urbanas diferentes (Oliveira de Souza *et al.*, 2009).

A utilização do conceito como ponto de partida do projeto, permite a concepção colaborativa de atores com formações técnicas e intelectuais diferentes e mesmo de contextos urbanos diferentes, tais como no Equinox, onde arquitetos e urbanistas, paisagistas e engenheiros urbanos, franceses, brasileiros e italianos interagem. Porque o conceito, que sintetiza e representa a ideia do projeto a ser desenvolvido e o espaço que se quer produzido, como ideia abstrata, como metáfora do que se quer para o espaço de intervenção, é uma ideia acessível a todos, independente da formação técnica-intelectual, independentemente do tempo de formação (Oliveira de Souza *et al.*, 2011).

O conceito como primeiro momento do processo projetual, permite a participação da população no processo, experiência vivida em 2012 com a transposição da metodologia do Equinox para as Oficinas de Planejamento Participativo – OPPs (Oliveira de Souza, 2012), projeto de extensão que se desenvolveu no Centro Histórico e no Vinhais Velho, com a participação de seus moradores e que demonstrou a metodologia de concepção colaborativa do Equinox como uma ferramenta importante no processo de projeto participativo.

No Equinox e nas OPPs, o projeto ainda em sua fase de concepção é preciso que se diga, constituiu-se como um instrumento de promoção de reflexão crítica e mediação entre atores e luga-

res, como já observado nos ateliês de criação urbana, na presença dos diferentes conhecimentos e saberes compartilhados. Esta estratégia metodológica foi também transposta para um dos trabalhos do SOLAR-EMAU, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. As duas experiências são relatadas a seguir.

Atelier internacional de criação urbana Equinox

O Atelier Internacional de Criação Urbana – EQUINOX foi criado em 2008 como um evento de cooperação e mobilidade acadêmica entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Departamento de Engenharia Urbana da Universidade de Paris-Est Marne-la-Vallée (UPEM). Desde sua criação, tem alternado os locais de realização, tendo também incorporado como parceiras a Universidade de Sapienza e de Camerino, ambas da Itália e contado com universidades convidadas.

Em todas as edições se caracterizou como um momento para exercitar métodos de planejamento territorial da escala macro a micro (Oliveira de Souza e Wall, 2012). A metodologia é focada no projeto como um processo de estruturação de problemas constituindo, assim, um momento de reflexão pelo próprio projeto, onde a fase específica de concepção se baseia no conceito como orientador. O projeto é o ponto fundamental que permite não apenas entender o lugar da intervenção, como o que é necessário fazer para transformá-lo em um lugar melhor, que ofereça melhores condições e maior qualidade de vida.

O projeto materializa a solução, ou uma ou mais das possíveis soluções, aos desafios que o lugar apresenta (Bethelot e Wall, 2014). Ao colocar a estruturação de problemas como uma abordagem metodológica inverte-se a lógica que coloca o projeto como produto.

Segue-se, desta forma, o pensamento de Paula Viganó (2012, p.13) de que o projeto é um dispositivo cognitivo, produtor de um novo conhecimento capaz, como instrumento, de explorar um contexto e integrar novos elementos ao conhecimento já existente. O projeto é um meio e uma ferramenta de estudo e de pesquisa e nesta condição ele reconstrói, contextualiza e reorganiza a realidade. Viganó (2012) desloca a ideia do projeto como um produto-resposta e o coloca como um processo que leva não apenas a

este produto-resposta, mas também à produção de conhecimento sobre os lugares, sejam eles edifícios isolados ou espaços urbanos. Constituiu-se o projeto, desta forma, como um instrumento de promoção de reflexão crítica e mediação entre atores e lugares.

Assim se traduz o Atelier Internacional de Criação Urbana EQUINOX, como um espaço para a prática transdisciplinar, da multiculturalidade, do compartilhamento de linguagens, de saberes, de fomento de fluxos de talentos, de envolvimento de universos diversos, de inter-relação espacial, social, compartilhados com todos.

Desde sua criação foram realizadas as versões de: 2009, como Atelier Franco-Maranhense de Criação Urbana, na cidade de São Luís com projetos para o Centro Histórico e Sítio do Tamancão; 2010, em Paris, com projetos para a cidade de Mont de Marsan, na região francesa de Aquitaine; 2011, em São Luís, versão de caráter de discussão teórica e aprofundamento da metodologia de concepção participativa. Foi nesta versão que se incorporou como parceira a Universidade de Sapienza, Roma, Itália.

A seguir aconteceram as seguintes versões, já com nova denominação: Atelier Internacional de Criação Urbana Equinox. Em 2012, em São Luís, contou com a participação de professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Escola Nacional Superior de Arquitetura de Marselha, França; da Universidade La Sapienza de Roma, Itália; Em 2014, novamente em Paris, foram elaborados projetos para Genevilliers, na região periférica; Em 2015, novamente em São Luís, o atelier buscou se integrar ao esforço de contribuir para a melhoria dos índices de desenvolvimento humano no Estado do Maranhão focalizando de maneira mais específica as áreas de baixo IDH localizadas na Ilha de São Luís. Neste sentido, construiu parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, e com a União por Moradia Popular, que se materializou na escolha dos sítios de intervenção e na participação de pessoas destas comunidades no Atelier. Nesta versão, participaram como convidadas, o Curso de Design da Universidade Federal do Maranhão e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro; finalmente a sétima versão em 2016, tratou do tema a Cidade do Bem-Estar e da Criatividade, na cidade de Ascoli Piceno, Itália, tendo a Universidade de Arquitetura e Design da Università degli Studi di Camerino como a anfitriã. Contou com a Universidade de Belgrado, Sérvia, como convidada.

A seleção dos participantes

Cada escola seleciona o seu grupo segundo seus próprios critérios. Tem-se adotado para a UEMA o princípio da transversalidade, ou seja, a participação dos alunos desde o primeiro até o décimo período da escola adotada pela convicção de que todas as pessoas são capazes de participar da criação do ambiente urbano, que é o ponto fundamental do projeto participativo. Também não se adota como critério o domínio de uma língua estrangeira.

Os grupos no workshop são formados (por sorteio) com alunos de todas as escolas participantes; com a diversidade de países participantes, se não é possível se expressar em uma língua comum, são exploradas formas alternativas de comunicação (mímica, desenho, referências, tradutores online) diante da necessidade de expor ideias, argumentar, defender uma ideia, propor soluções.

No financiamento do workshop a universidade anfitriã arca com as despesas de hospedagem dos convidados e do funcionamento geral do evento, enquanto que as demais parceiras financiam o transporte de seus professores e alunos.

Estratégias Metodológicas

A metodologia do Equinox está sustentada na força crítica e imaginativa que as utopias podem produzir na prática projetual (Oliveira de Souza, 2012), ancorada na ideia de futuros possíveis (Secchi, 2006). É uma metodologia aberta apoiada em quatro etapas (Oliveira de Souza *et al.*, 2013):

1ª - Estudos preliminares dos territórios de intervenção:

Os parceiros trabalham à distância com o objetivo de se instruir sobre a cidade de intervenção, a escola anfitriã disponibilizando informações, principalmente via internet, de forma que estas sejam partilhadas por todos.

2ª - Formação dos grupos e conceituação subjetiva das propostas:

No atelier, criação de equipas mistas, formadas de estudantes das diferentes escolas, que vão compartilhar o conhecimento e elaborar o conceito projetual. Eventualmente estas equipas contaram com a participação da população para a qual os projetos eram destinados, como foi o caso do Equinox 2015, em São Luís. O conceito é uma metáfora abstrata que materializa o projeto que se quer implantar.

Se relaciona com o território. Os grupos constroem um debate crítico e propositivo em busca de um conceito subjetivo que possa ser portador dos anseios projetuais dos grupos.

3ª - Analogias projetuais possíveis:

Etapa fundamentada na produção de analogias projetuais possíveis articuladas com a realidade existente, na cidade de intervenção. Atividade realizada após o reconhecimento de campo, com visitas técnicas, guiadas, a pé, de bicicleta, de barco, para registros de falas, fatos e lugares.

4ª - Finalização e apresentação das propostas:

A quarta etapa ocorre na segunda semana de trabalhos, em atelier, constituindo um intenso trabalho de produção.

Após cada etapa é feita uma apresentação pelas equipes de alunos, que são acompanhadas durante todo o trabalho pelas comissões pedagógicas cuja composição contempla professores das várias universidades. A última etapa finaliza com a apresentação das propostas diante dos professores e atores sociais da cidade de intervenção.

Como forma de subsidiar o desenvolvimento da produção criativa dos alunos, apresentam-se palestras que tratam de dados sobre as áreas de estudo, metodologias de projeto, abordagens para soluções de problemas, estudos de casos semelhantes, entre outros temas.

Solar EMAU – Escritório modelo de arquitetura e urbanismo

O Escritório Modelo SOLAR foi criado, é composto e dirigido por discentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual

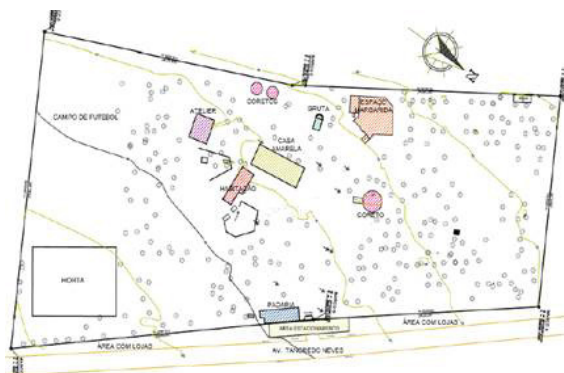


Imagem 1 - Loreto

Fonte: Equipe Favo de Mel, Equinox, 2015



Imagem 2,3 e 4 - Propostas do grupo Loreto Favo de Mel

Fonte: Equipe Favo de Mel, Equinox 2015

do Maranhão, voltado especialmente para a realização de projetos de arquitetura e urbanismo tendo como alvo, comunidades vulneráveis localizadas no Estado do Maranhão. A cada trabalho o Solar-EMAU é orientado por um ou mais professores. O trabalho apresentado foi realizado na Associação Nossa Senhora do Loreto.

Localizada na Vila Flamengo em São Luís do Maranhão, desenvolve atualmente trabalhos com as crianças e adolescentes da área constituída de ocupações espontâneas já consolidadas em bairros populares, em situação de precariedade. São atividades de reforço escolar, aulas de músicas, informática, leitura, cursos de panificação, marcenaria e plantio de vegetais.

O primeiro contato da Associação Nossa Senhora do Loreto com o SOLAR-EMAU foi em 2014, com uma das líderes da Associação. Em 2015 no Equinox – Atelier Internacional de Criação Urbana, que tinha como temática “Mais IDH Urbano: Equilíbrio, Diversidade e Solidariedade, se ocuparam do Loreto dois grupos de trabalho que contavam com membros da comunidade, além dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, alunos e professores das universidades italianas Camerino-Ascoli Piceno e La Sapienza di Roma, alunos e professores do curso de Design da UFMA e professores e mestrandos da UFRJ.

Logo após o Equinox, o EMAU abraçou o desenvolvimento do Projeto para a área do Loreto adotado a metodologia de projeto participativo.

Destaca-se deste trabalho, as estratégias de diálogo e integração com a comunidade para a definição do projeto. A identificação e convite à participação, que se deu já no primeiro contato com as equipas contando com pessoas da comunidade, foi aprofundada nas estratégias escolhidas para apresentação das propostas do Equinox 2015 para todos da comunidade.

A dinâmica escolhida: “Como eu quero o Loreto?”. As propostas do Equinox impressas foram distribuídas e as pessoas foram convidadas a colar, desenhar novas ideias, escrever soluções. A maioria dos presentes contribuiu para a criação do painel, com sugestões, com palavras ou desenhos e se sentiram à vontade para participar do projeto a partir daí.

Uma segunda estratégia nasceu a partir da fala de uma participante:

A prioridade das prioridades é as crianças né? Não poderia logo ver a situação das crianças nessa área aqui? Deixar esse local aqui que elas estudam que elas fazem as aulas de reforço melhor pra elas? A mesa podia pintar ver outras mesas melhores para as crianças [...] outras cadeiras mais coloridas ou a gente mesmo pintar, colorir mais, deixar mais aconchegante para as crianças [...] colocar prateleiras.

Desta forma nasceu o mutirão que reformou o Galpão das Artes. Todo o mobiliário foi ou reutilizado ou construído no local, sempre visando o menor custo possível. As paredes receberam desenhos e pinturas feitos pelas crianças. O Galpão das Artes foi imediatamente colocado em uso, percebendo-se que a comunidade e as crianças se se apropriaram do local.

A terceira estratégia aconteceu por conta da necessidade no momento da apresentação do projeto final. O planejamento previa a dinâmica “Segue o fluxo” que consistia em dividir as pessoas em grupos que deveriam situar suas atividades em uma planta baixa impressa, orientadas por um monitor. Na apresentação dos projetos uma falha impediu a chegada dos materiais. Desta forma, o desenho foi feito no chão de terra.



Imagem 5 - Seleção das propostas e novas ideias para o projeto
Fonte: Acervo Emau Solar, 2016

Esse método aproximou muito a comunidade, a participação foi mais elevada. Todos, inclusive as crianças, conseguiram entender todo o projeto e todos deram opiniões e discutiram entre si sobre as técnicas e os locais escolhidos. O projeto foi bem aceite pela comunidade, entregue e hoje, a comunidade busca financiamento para sua construção.

Reflexões como conclusão

As duas experiências têm como base a premissa de que não é possível falar de processo participativo, sem que se passe a direcionar a formação do profissional em arquitetura e urbanismo, para o aprendizado deste processo. Desta forma, se ampliam as possibilidades do rompimento da visão tradicional do gênio criador do arquiteto ou dos técnicos que ouvem as demandas, daqueles que tem o conhecimento dos “problemas práticos”. Neste sentido, abre-se a perspectiva de uma universidade também cidadã, comprometida com os interesses da maioria da sua população, abrindo possibilidades para uma maior integração entre teoria e prática, na formação do arquiteto e urbanista.

Neste ponto é imperativo pontuar também os desafios colocados para a avaliação do projeto que podem ser inicialmente identificados em três níveis: 1) o projeto como processo e o projeto como produto; 2) o fortalecimento da autonomia da comunidade ou pelo contrário, sua alienação; 3) o aprendizado, as lições apreendidas pelo gru-

po de estudantes e profissionais envolvidos.

O processo de avaliação seguiu duas orientações: entrevistas com os participantes e o referencial teórico de Bordenave (1983).

Partiu-se da premissa de que a participação (Bordenave, 1983, p. 16), “é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo”. Almejava-se como produto o projeto para a Associação Nossa Senhora do Loreto. Como processo, que pudessem envolver em todas as fases os coordenadores do projeto e as crianças que ali são atendidas. A verificação do grau de participação seguiu a classificação de Bordenave e os dados foram obtidos pelos registros das atividades confrontados com entrevistas feitas com os membros da comunidade do Loreto.

A classificação de Bordenave (1983 p. 32):

- **Informação:** é o menor grau de participação. Os membros ficam sabendo das decisões que já foram tomadas pelos dirigentes com diferentes graus de permissão para interpeleção, reação e reversão tomadas.
- **Consulta Facultativa:** os dirigentes podem ou não consultar os membros, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolução de algum problema.
- **Consulta Obrigatória:** os membros devem ser consultados, mesmo que a decisão final seja dos dirigentes.
- **Elaboração/Recomendação:** nesse grau, os membros elaboram propostas e recomendam medidas aos dirigentes que podem aceitar ou recusar, porem devem sempre justificar suas decisões.
- **Co-gestão:** os membros da organização compartilham mecanismos de co-decisão e colegialidade com os dirigentes. Os membros exercem influências diretas nas elaborações de planos e nas tomadas de decisões.
- **Delegação:** os membros têm autonomia em certos campos e jurisdições antes reservados aos dirigentes. Os dirigentes definem limites dentro dos quais os membros têm poder de decisão.
- **Autogestão:** o mais alto grau de participação. Os membros determinam os seus objetivos, escolhe os meios e estabelecem os

controles sem referência a uma autoridade externa. Aqui desaparece a diferença entre membros e dirigentes.

Observou-se que o processo se caracterizou no nível de co-gestão, na medida em que os desenhos foram, em sua maioria, realizados pelos estudantes, incluindo a presença da comunidade na discussão dos parâmetros projetuais adotados, em muitas ocasiões desenhando em conjunto.

E enquanto a importância das decisões, Bordenave classifica a participação em 6 níveis, do mais alto ao mais baixo. São eles:

- **Nível 1:** Formulação da doutrina e da política
- **Nível 2:** determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias.
- **Nível 3:** Elaboração de planos, programas e projetos.
- **Nível 4:** Alocação de recursos e administração de operações.
- **Nível 5:** Execução das ações.
- **Nível 6:** Avaliação dos resultados.

Nesta classificação a experiência alcançou plenamente o nível 3 levando em consideração a elaboração do projeto. As três últimas atividades estão sendo desenvolvidas pela própria comunidade, ficando o grupo do EMAU em espera para se necessário e se for chamado, cooperar.

O segundo nível de questionamento, quanto ao fortalecimento da autonomia, pode ser demonstrado pelas declarações dos membros da comunidade que se manifestam muito satisfeitos com o fato de terem sido ouvidos, e com o resultado, chegando a afirmações de que o respeito aos seus desejos foi a maior característica de todo o processo, ou de que o projeto tem a “nossa cara”, e finalmente, a decisão de tomar a frente do processo de arrecadação dos recursos para a construção do projeto.

Por fim, que ensinamentos podem ser extraídos dessa experiência no nível da formação profissional do aluno? Para realizar essa discussão os alunos foram convidados a escrever sobre a sua experiência e é a partir desses relatos que podemos concluir que aprender a desenvolver projetos com a inclusão das comunidades no processo, é uma experiência que leva a aprendizagem do desenvolvimento do diálogo, do respeito ao parceiro. A maior dificuldade é, como disseram os participantes, se desprender dos moldes convencionais de projetos que estamos acostumados, que consiste em elaborar um pro-

jeto e apresentar para o usuário e modificá-lo de acordo com a necessidade, tratando assim de uma relação arquiteto-cliente. Por outro lado, a satisfação de momentos em que o diálogo era conseguido, ou aqueles nos quais uma determinada forma de aproximação era bem-sucedida, traz como consequência a aprendizagem profissional mais consciente.

Lembramos um texto de Kapp *et al.* (2012) que discute três tipos diferentes de atuação dos arquitetos ao tratar de áreas periféricas: a atuação tecnocrática, a ação missionária e a ação artística. A primeira, a atuação tecnocrática, diz respeito à atuação que segue as diretrizes das políticas públicas que estão encarregadas de implementar, não importando aqui se grandes ou pequenos projetos, se participativos ou não, é uma atuação, marcada pelo embate entre uma racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços. Nesse caso, quando projeto participativo a tendência é convidar a comunidade a participar do projeto desenhado por ele.

O segundo tipo de atuação, a atuação missionária, assemelha-se a uma catequese onde o arquiteto “assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele” (Kapp *et al.*, 2012). Note-se que o lema ‘não dar o peixe, mas ensinar a pescar’, aprender a ‘pescar’ costuma significar a adesão ao comportamento ditado pelo missionário, dizem os autores (Kapp *et al.*, 2012).

O terceiro tipo de atuação, a atuação artística trabalha com a perspectiva de mudar a percepção das favelas, por seus moradores e a partir de fora, em geral buscando seu embelezamento e melhoria da autoestima.

É nesse contexto que se torna imprescindível aprender a desenvolver projetos em colaboração, no sentido de trabalhar em conjunto, em parceria. A experiência do Equinox parece indicar que a estruturação de metodologias de concepção colaborativa, entre elas o workshop como instrumento pedagógico, promove o aprender pela reflexão crítica e pelo contato com outros olhares e saberes, possibilitando desta forma, o rompimento da visão tradicional do gênio criador do arquiteto ou dos técnicos que ouvem as demandas daqueles que tem o conhecimento dos “problemas práticos” e, dando ênfase ao confronto e debate de ideias. Neste sentido é lócus pedagógico privilegiado para reflexão sobre realidades urbanas com problemas sociais marcados por um permanente conflito de aceitação do outro, dos estranhos, dos diferentes. É também um exce-

lente espaço para pensar a métodos inovadores de projeto e planejamento do espaço.

O Atelier (Workshop) é, então, um exercício para a formação de um pensamento crítico e diversificado sobre a cidade. É um convite a refletir sobre os porquês da arquitetura e do urbanismo que se pratica e, mais importante, refletir “para quem” os projetos se destinam, ressaltando a importância de intervir na cidade priorizando o interesse coletivo e a importância e necessidade de se estabelecer um diálogo franco com os usuários da cidade e, uma busca constante por métodos e mecanismos que o facilite.

O trabalho do EMAU Solar no Loreto, provoca a reflexão sobre métodos e técnicas do diálogo, entre o técnico e a comunidade. Se aproxima do pensamento de Freire (2011) ao acreditar que a postura dialética permite a construção de um projeto no qual todos podem atuar, se sentir parte integrante, se reconhecer no processo.

Destacam-se momentos que demonstram o desejo de promoção de uma horizontalidade de decisões, entre o intelectual e a comunidade: 1) o jogo que promove a apresentação para que todos se conheçam rompe com a postura “o intelectual fala, a pessoa comum escuta; 2) o jogo das escolhas das propostas disponibilizadas para colocação em um painel coletivo estimula a participação no desenho técnico; 3) o mutirão para construção de uma parte do projeto, por ser uma materialização de imediato, aumenta a confiança na realização do todo. Por fim, a capacidade de improvisar e desenhar a planta no chão demonstra a capacidade de utilizar recursos simples que aumentam ainda mais o diálogo e a confiança.

É um aprendizado que parece apontar para a construção de uma práxis de projetos colaborativos, incluindo uma reflexão sobre métodos mais adequados, colocando em primeiro plano, a comunidade para a qual o projeto se destina, sendo o pesquisador o sujeito da participação, aquele que “participa” da vida do grupo pesquisado. Este é o desafio.

Bibliografia

- Alexander, C. (1977), *A Pattern language*, New York, Oxford University Press.
- Alexander, C. (1979), *The timeless way of building*, New York, Oxford University Press.
- Arantes, P. (2002), *Arquitetura Nova - Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre: de Artigas aos mutirões*, São Paulo: Editora 34.
- Atelier d'Architecture Autogérée, (2016), *Agrocité agricultural hub*, Colombes, Paris (2011-ongoing), in Ermacora, Thomas, Bullivant, Lucy, *Recoded City: Co-creating Urban Futures*. New York, Routledge, 114-117.
- Bethelot, S. e Wall, M. (2014), The structuring of problems as a methodological option in design conception, em *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, III ENANPARQ arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie/ Pontifícia Universidade Católica.
- Bordenave, J. (1983), *O que é participação*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Bouchain, P. (2013), *Simone & Lucien Kroll: une architecture habitée*, Arles: Actes Sud.
- Burdett, R. (2012), Pensar a cidade para construir a cidade, City-thinking for city building, in Rosa, Marcos L. (2011), *Planejamento: práticas urbanas criativas = Microplanning, urban creative practices*, São Paulo, Editora de Cultura, 116-119.
- Cooke, B. e Khotari, U. (2001), *Participation: the new tyranny?*, London, Zed Books.
- Carlo, G. (2005), Architecture's public, in Jones, Peter Blundell; Petrescu, Doina; Till, Jeremy, *Architecture and participation*, London and New York: Taylor & Francis, 3-22.
- Ermacora, T. e Bullivant, L. (2016), *Recoded City: Co-creating Urban Futures*, New York, Routledge.
- Fathy, H. (1982), *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*, Rio de Janeiro: Forense – Universitária.
- Ferro, S. (2005), *O canteiro e o desenho*, 3ªed. São Paulo, Prolivros.
- Ferro, S. (2006), *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo, Cosac Naify.
- Freire, P. (2011), *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo: Paz e Terra.
- Jones, P., Petrescu, D., Till, J. (2005), *Architecture and participation*, London and New York: Taylor & Francis.
- Kapp, S. et al (2012), *Arquitetos nas Favelas: Três Críticas e uma Proposta de Atuação* Comunicação apresentada no IV Congresso Brasileiro e III Congresso Iberoamericano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia “Inovação e Responsabilidade”, Florianópolis, disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/arquivos/Kapp%20et%20al%202012%20Arquitetos%20nas%20favelas.pdf acesso em 22 de abril de 2018.
- Lefebvre, H. (2000), *La Production de l'espace*, Paris: Anthropos.
- Low, K. (2014), Le Dogme, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde : l'architecture*

et la ville face aux grandes transitions, Paris: Éditions Galimard, 16-24.

- Madec, P. (2014), Oser – l'altérité, le spécifique, la bienveillance, les cultures, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde : l'architecture et la ville face aux grandes transitions*, Paris: Éditions Galimard, 35-47.

- Mazzanti, G. (2014), Du projet social au sentiment de solidarité, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde: l'architecture et la ville face aux grandes transitions*, Paris: Éditions Galimard, 52-58.

- Montaner, J. e Muxi, Z. (2011), *Arquitectura y Política: ensaios para mundos alternativos*, Barcelona: Gustavo Gili.

- Oliveira de Souza, A. (2012), Projetos complexos exigem uma concepção colaborativa: singularidades da produção projetual em Workshops, em *II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Natal: EDUFRRN.

- Oliveira de Souza, A. (2014), A Construção coletiva do projeto em Workshops de concepção colaborativa, *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie/ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1, 214-218.

- Oliveira de Souza, A. e Wall, M. (2012), Diversity and interlacement in the design process, in Trusiani, Elio (org), *Dall'Ex Tempore al Workshop: esperienze di ricerca e progetto*, Roma: Gangemi Editore, p. 101-105.

- Oliveira de Souza, A., Wall, M., Bonierbale, T. (2009), *Novos Olhares sobre a cidade/Nouveaux Regards sur la Ville*, São Luís: UEMA.

- Oliveira de Souza, A., Wall, M., Braga, I. (2011), EQUINOX: um atelier de criação urbana aberto às ideias, em *V PROJETA: processos de projetos: teorias e práticas*, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG; NPGAU.

- Oliveira de Souza, A., Wall, M., Braga, I. (2013), Futuros Possíveis: criação e inovação na concepção de projetos urbanos no Atelier EQUINOX, in Oliveira De Souza, Alex; Wall, Marluce; Bethelot, Serge. (org.), *De São Luís e Paris ideias de futuro para Mont de Marsan - EQUINOX 2010*, São Luís: Editora UEMA, 10-17.

- Revedin, J. (2014), La ville radicante: une morphologie en œuvre ouverte pour la ville durable, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde: l'architecture et la ville face aux grandes transitions*. Paris: Éditions Galimard, 73-86.

- Rosa, M. (2011), *Planejamento: práticas urbanas criativas = Microplanning, urban*

creative practices, São Paulo, Editora de Cultura.

- Rosa, M. e Weiland, U. (2014), *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*, Berlin, jovis Verlag GmbH.

- Secchi, B. (2006), *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.

- Serrazanetti, F. e Schubert, M. (2011), *Giancarlo de Carlo: inspiration and process in Architecture*, Tai Fai: Moleskine srl.

- Viganò, P. (2012), *Les territoires de l'Urbanisme - Le Projet comme producteur de connaissance*, Genebra: Metispresses.